



Capes

Relatório Anual: Avaliação Continuada – 2006 Ano Base 2005

Área de Avaliação: HISTÓRIA

ASPECTOS GERAIS

Tarefa prévia à avaliação, a revisão do Qualis-Periódicos da Área, como no ano passado, foi cumprida por uma comissão constituída pelas professoras Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Ida Lewkowicz (UNESP/Franca, participante do Comitê anterior) e Tania Regina de Luca (UNESP/Assis). Desta feita, graças ao *WebQualis*, aplicativo desenvolvido pela Agência, o trabalho pôde ser feito *on line*, dispensando deslocamentos. Ao final, o Representante examinou os resultados propostos e confirmou-os, também eletronicamente. No entanto, ainda não foi possível, como tem sido solicitado pela Área, proceder à revisão geral dos critérios em vigor. Em função disso, o trabalho limitou-se:

- à padronização de títulos já cadastrados (agora, previamente depurados pela Agência);
- à atribuição de classificação a novos títulos que foram gerados pelo Coleta 2005;
- e à correção de alguns equívocos de classificação – sempre tomando os critérios anteriores como padrão.

É intenção do Comitê de Avaliação (CA) consolidar uma discussão, que já iniciou internamente (ver adiante), para rever esses critérios ao longo do primeiro semestre de 2007, de tal modo que seja possível, após os trâmites necessários, utilizar a nova classificação na próxima avaliação trienal.

Em seguida, para proceder à segunda avaliação continuada do triênio 2004-2006, o CA de História, constituído pelos mesmos professores Braz Brancato (PUC/RS), Eurípedes Funes (UFC), Júnia Furtado (UFMG), Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Sidney Chalhoub (Unicamp), Tania Regina de Luca (UNESP/Assis) e Guilherme Pereira das Neves (UFF – Representante), que participaram da primeira, mas, agora – por autorização da Agência, tendo em vista o aumento do número de programas credenciados – incorporando igualmente os Profs. Estevão de Rezende Martins (UnB, integrante do CA no triênio passado) e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (UFPE, um dos anteriores Representantes da Área no CNPq), reuniu-se na CAPES, em Brasília, de 20 a 24 de novembro do corrente. Infelizmente, uma semana antes da data prevista para o início dos trabalhos, compromissos imprevistos inviabilizaram a participação da Prof^a Eni de Mesquita

Samara (USP – Adjunto), o que manteve o CA com nove participantes, ao invés dos dez autorizados, já que, a despeito de todas as tentativas, revelou-se totalmente impossível, àquela altura, encontrar alguém para substituí-la. Neste ano, os trabalhos transcorreram numa sala do andar térreo do novo prédio que a Diretoria de Avaliação (DAV) passou a ocupar há alguns meses, o que reduziu praticamente a zero os deslocamentos (inclusive para refeições) e assegurou um melhor aproveitamento do tempo disponível.

A manhã do dia 20, 2ª feira, foi ocupada com informes, uma discussão geral sobre a dinâmica a adotar para as tarefas a realizar, a familiarização com a nova Ficha de Avaliação e um exercício de simulação, a partir da leitura e exame dos cadernos de avaliação de um programa escolhido ao acaso. Confirmado que, dos 46 programas credenciados naquele momento, apenas 36 haviam enviado relatórios a serem avaliados – uma vez que a aprovação dos outros 10 pelo CTC ocorrera em 2006, o que os desobrigava de fazê-lo – distribuíram-se, então, com base em uma sugestão do Representante, os programas entre duplas variadas de professores, evitando-se não só que coubesse a um examinador o seu próprio programa, como tampouco algum outro do estado em que atua. Foram, dessa forma, examinados os seguintes programas:

#	IES	Programa	UF	Nível*
1	FIOCRUZ	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	RJ	M/D
2	PUC/RS	HISTÓRIA	RS	M/D
3	PUC/SP	HISTÓRIA	SP	M/D
4	PUC/RIO	HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA	RJ	M/D
5	UERJ	HISTÓRIA	RJ	M/D
6	UFBA	HISTÓRIA	BA	M/D
7	UFF	HISTÓRIA	RJ	M/D
8	UFG	HISTÓRIA	GO	M/D
9	UFMG	HISTÓRIA	MG	M/D
10	UFPE	HISTÓRIA	PE	M/D
11	UFPR	HISTÓRIA	PR	M/D
12	UFRGS	HISTÓRIA	RS	M/D
13	UFRJ	HISTÓRIA SOCIAL	RJ	M/D
14	UFSC	HISTÓRIA	SC	M/D
15	UNB	HISTÓRIA	DF	M/D
16	UNESP/ASS	HISTÓRIA	SP	M/D
17	UNESP/FR	HISTÓRIA	SP	M/D
18	UNICAMP	HISTÓRIA	SP	M/D
19	UNISINOS	HISTÓRIA	RS	M/D
20	USP	HISTÓRIA SOCIAL	SP	M/D
21	USP	HISTÓRIA ECONÔMICA	SP	M/D
22	FUFPI	HISTÓRIA	PI	M
23	UEM	HISTÓRIA	PR	M
24	UFC	HISTÓRIA	CE	M
25	UFES	HISTÓRIA	ES	M
26	UFGD	HISTÓRIA	MS	M
27	UFJF	HISTÓRIA	MG	M
28	UFMT	HISTÓRIA	MT	M

#	IES	Programa	UF	Nível*
29	UFPA	HISTÓRIA	PA	M
30	UFPB/J.P.	HISTÓRIA	PB	M
31	UFRJ	HISTÓRIA COMPARADA	RJ	M
32	UFRN	HISTÓRIA	RN	M
33	UFU	HISTÓRIA	MG	M
34	UPF	HISTÓRIA	RS	M
35	USS	HISTÓRIA	RJ	M
36	FGV/RJ	HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS	RJ	F

*M/D – mestrado e doutorado; M – mestrado acadêmico; F – mestrado profissional.

A partir da tarde do dia 20, as duplas passaram então a analisar os documentos desses programas e a iniciar, diretamente no sistema da CAPES, o preenchimento da nova Ficha de Avaliação, aprovada pelo CTC, após reunião da Grande Área de Ciências Humanas, em que ficaram convencionados, em comum, os pesos dos diversos itens, conforme modelo que já consta da página da Agência. Tal atividade prosseguiu até a tarde de 4ª feira. A partir da manhã do dia seguinte, 23, após impressão, cada ficha foi então lida em conjunto por todo o Comitê, discutida e reelaborada conforme as ponderações que prevaleciam, ausentando-se da sala, quando pertinente, apenas o participante cujo programa estivesse em exame.

Tais discussões foram subsidiadas – desta feita, ainda secundariamente – por duas planilhas em formato .xls, cuja estrutura havia sido concebida e discutida pelos cinco membros do Comitê presentes em Brasília por ocasião da avaliação das propostas de cursos novos (APCN), de 3 a 6 de julho passado. Infelizmente, devido ao grande número de dados envolvidos, ao acúmulo de serviço e às características das atuais bases de dados da Agência, não houve o tempo disponível necessário para que os técnicos em informática da CAPES pudessem aprontar essas planilhas para a atual avaliação. Em consequência, como o Comitê acabou composto por um número ímpar de membros, um deles, eventualmente com o auxílio de outro, aproveitou o período de trabalho das duplas para preencher, mediante consulta aos cadernos de avaliação denominados “Programa”, a maior parte das duas planilhas, as quais, com um total de 211 colunas, corrigidos pequenos equívocos que puderam ser detectados e algo aprimoradas em seu aspecto gráfico, constituem o Anexo I a este documento. Além de ainda não terem sido recolhidos os dados da produção técnica referente a 2005, também será necessário coligir todos os de 2004 (após o processamento de sua retificação pelos programas) e igualmente, no próximo ano, os de 2006, para que essas planilhas tornem-se plenamente representativas.

De qualquer modo, como se espera que fique evidente, a grande vantagem dessas planilhas é que permitem examinar, com facilidade e de maneira comparativa

rigorosa, os dados quantitativos de cada programa em exame, variável a variável. Na primeira planilha, encontram-se dados sobre: **(i) a proposta do programa** (desde a sua nota na última avaliação até distribuição da carga horária e número de disciplinas, créditos, etc.); **(ii) o corpo docente** (número total, número de permanentes, colaboradores, visitantes, percentagens respectivas, etc.); **(iii) atividades de pesquisa** (número de projetos, isolados e vinculados, número de alunos envolvidos, etc.); **(iv) atividades de formação** (número de orientandos por docente permanente, por exemplo); **(v) corpo discente** (em especial, o fluxo de alunos e suas percentagens); e **(vi) teses e dissertações** (número de titulados, membros de bancas examinadoras, bolsas, tempo médio de titulação, etc.). Na segunda planilha, reuniram-se os dados referentes à **produção bibliográfica** dos programas – seja por natureza (artigos completos, trabalhos completos em anais, livros integrais, capítulos de livros, etc.), seja por tipo de agregado (total, docentes, docentes permanentes, discentes). Além disso, a facilidade de manipulação dos dados possibilita somatórios e cálculos diversos, como o de médias, a serem comparadas, para efeito de conferência dos dados introduzidos com aquelas estabelecidas pelo sistema da CAPES para a Área de Avaliação (História) e para a Área Básica (Ciências Humanas). Assim, ao que tudo indica, pela primeira vez (e para uma Área cada vez maior), por exemplo, parece possível comparar a carga horária exigida para mestrado e doutorado pelos 36 programas de História e constatar que ocorre uma discrepância bastante grande, desde 60h no mestrado de uma instituição, até 4.860h naquele de outra; ou constatar que somam 111 as linhas de pesquisa dos 36 programas, o equivalente a uma média de 3,1 por programa.

Como as planilhas acompanham a estrutura do caderno de avaliação “Programa”, e esta obedece à mesma lógica que preside à divisão da Ficha de Avaliação em quesitos e itens, as colunas de variáveis que constituem as planilhas podem servir, com relativa facilidade, de indicadores quantitativos para a avaliação dos programas. Isso, no entanto, exige um trabalho de reflexão e discussão, que somente pôde ser iniciado ao longo desse último período de avaliação continuada, após o preenchimento das planilhas, para selecionar, em cada caso, as variáveis mais significativas e as faixas de variação admitidas em cada uma delas de modo que correspondam ao conceito (2, 3, 4 ou 5) a ser atribuído, como preconiza a modalidade de avaliação da Agência. Podem servir ainda para examinar os critérios que serão brevemente definidos pela Grande Área para caracterizar, entre os programas de nota 5, a excelência, que passaria a ser indicada pelo 6 e pelo 7.

Nesse sentido, a elaboração dessas duas planilhas constituiu o passo mais importante para assegurar que a avaliação trienal em 2007 esteja de acordo com as exigências da CAPES e reflita, da maneira mais precisa e transparente possível, o perfil da Área de História. Além disso, quando examinadas pelos coordenadores, elas

permitirão a revisão dos dados coletados e, sobretudo, uma idéia mais adequada do lugar ocupado pelos seus respectivos programas, o que tenderá a contribuir para ajustes e reorientações do planejamento estratégico de cada um.

AVALIAÇÃO GLOBAL DA ÁREA

De acordo com a página da CAPES atualizada em 30 de novembro último, a Pós-Graduação (PG) no país contava naquela data com 2.392 programas: 188 (7,9%) mestrados profissionais; 976 (40,8%) mestrados acadêmicos; 43 (1,8%) doutorados; e 1.185 (49,5%) mestrados e doutorados. Mais da metade deles (51,8%) localizam-se na região Sudeste (ES, MG, RJ e SP), enquanto os demais distribuem-se pelas regiões Sul (20,2%), Nordeste (16,9%), Centro-Oeste (7,1%) e Norte (4,1%). Tais programas dividem-se entre oito Grandes Áreas (GA) principais: Ciências Agrárias (10,9%), Ciências Biológicas (8,8%), Ciências da Saúde (18,0%), Ciências Exatas e da Terra (10,5%), Ciências Humanas (14,2%), Ciências Sociais Aplicadas (12,2%), Engenharias (11,5%) e Linguística, Letras e Artes (5,6%).

Da GA de Ciências Humanas constam as seguintes Áreas de Avaliação (AV):

#	Área de Avaliação	Nº de Programas	Percentual
1	Educação	82	24,2%
2	Psicologia	58	17,1%
3	História	46	13,6%
4	Filosofia / Teologia	45 (32 + 13)	13,2% (9,4 + 3,8)
5	Sociologia	39	11,5%
6	Geografia	33	9,7%
7	Ciência Política	20	5,9%
8	Antropologia / Arqueologia	16 (14 + 2)	4,7% (4,1 + 0,6)
Total		339	100,0%

Nessa GA de Humanas, são apenas 6 mestrados profissionais (Antropologia, Ciência Política, História, Sociologia [2] e Teologia), mas 160 mestrados e 173 programas com mestrado e doutorado.

Embora corresponda a apenas 1,9% de todos os programas de PG no país, a atual dimensão da Área de História situa-a, por conseguinte, no interior da GA de Humanas, em terceiro lugar. Cabe salientar que já se encontram aprovados pelo CTC mais três novos programas (UNIRIO, UFOP, UFCG) e um condicionado a cumprimento de exigência documental (UEFS). Com isso, a Área de História terá crescido, nos últimos três anos, de 36 programas, ao final do triênio 2001-2003, para 49 ou 50, ao final do atual, o que equivale a uma expansão da ordem de 36,1 a 38,9%. Além disso, até 31 de março do próximo ano, outras propostas de cursos novos (APCN)

serão provavelmente apresentadas, restando verificar se acompanharão, para o triênio 2007-2009, o ritmo, tanto de 2005 quanto de 2006, equivalente a 12 por ano.

Tais números indicam um notável amadurecimento da Área de História, com a tendência cada vez mais evidente de ampliar o número de titulados no mestrado e no doutorado, que, por sua vez, ao retornarem a suas instituições de origem ou ao ingressarem em outras, buscam manter os padrões de pesquisa e produção acadêmica que passaram a conhecer, com a proposta de criação de novos programas. Dois indicadores parecem confirmar esse processo.

Primeiro, a distribuição regional dos programas, conforme a tabela abaixo:

Região	País			História		
	Total	Mestrado	Mestr/Dout	Total	Mestrado	Mestr/Dout
Norte	4,1%	2,7%	1,1%	4,3%	4,3%	0,0%
Centro-Oeste	7,1%	3,7%	2,6%	10,9%	6,5%	4,3%
Nordeste	16,9%	9,2%	5,7%	17,4%	13,0%	4,3%
Sul	20,2%	9,7%	8,7%	21,7%	10,9%	10,9%
Sudeste	51,8%	15,6%	31,3%	45,7%	13,0%	30,4%
Total	100,0%	40,8%	49,5%	100,0%	47,8%	50,0%

Note-se que, exceto quanto aos programas com mestrado e doutorado nas regiões Norte e Nordeste, todos os percentuais da Área de História são mais elevados que os do país, a não ser na região Sudeste, aquela justamente que concentra mais da metade dos programas no Brasil, como visto acima. Isso parece indicar que a Área de História tende a distribuir-se de maneira cada vez mais equilibrada pelas diversas regiões.

Em segundo lugar, como é possível verificar na planilha anexa (Colunas 34 a 37), docentes titulados entre 5 e 10 anos já respondem por 48,3% do corpo docente dos 36 programas considerados nesta segunda avaliação continuada, enquanto 29,8% têm mais de 10 anos de doutoramento. Em comparação, 21,4%, têm entre 2 e 5 anos; e apenas 11,2%, menos de 2 anos. Embora a inclusão, na avaliação trienal do próximo ano, dos 10 programas mais recentemente aprovados venha provavelmente a introduzir um desvio desses números para baixo, já que compreendem docentes mais novos, e embora maturidade não deva ser identificada à idade mais elevada dos docentes, esses dados não deixam de sugerir a consolidação que a Área está alcançando.

Em seu conjunto, a PG no país oferece 1.011 programas com conceito 3 (42,3%); 712 com conceito 4 (29,8%); 462 com conceito 5 (19,3%); 145 com conceito 6 (6,1%); e 62 com conceito 7 (2,6%). No sub-conjunto da GA de Ciências Humanas, a distribuição é a seguinte:

#	Área	Nº Progs.	% Progs.	Conceito (nº)					%	Conceito (%)				
				3	4	5	6	7		3	4	5	6	7
1	Educação	82	3,4	35	25	18	4	0	24,2	10,3	7,4	5,3	1,2	0,0
2	Psicologia	58	2,4	22	16	16	2	2	17,1	6,5	4,7	4,7	0,6	0,6
3	História	46	1,9	22	12	8	1	3	13,6	6,5	3,5	2,4	0,3	0,9
4	Sociologia	39	1,6	12	12	11	2	2	11,5	3,5	3,5	3,2	0,6	0,6
5	Geografia	33	1,4	16	10	4	3	0	9,7	4,7	2,9	1,2	0,9	0,0
6	Filosofia	32	1,3	16	10	3	3	0	9,4	4,7	2,9	0,9	0,9	0,0
7	C. Política	20	0,8	6	11	3	0	0	5,9	1,8	3,2	0,9	0,0	0,0
8	Antropologia	14	0,6	3	2	6	1	2	4,1	0,9	0,6	1,8	0,3	0,6
9	Teologia	13	0,5	5	2	5	0	1	3,8	1,5	0,6	1,5	0,0	0,3
10	Arqueologia	2	0,1	1	1	0	0	0	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0
Total C Humanas		339	14,2	138	101	74	16	10	100,0	40,7	29,8	21,8	4,7	2,9
Total País		2392	100	1011	712	462	145	62	100,0	42,3	29,8	19,3	6,1	2,6

Tal distribuição entre os conceitos 3 a 7 dos 46 programas da Área de História desenham um perfil ligeiramente peculiar, mas bastante compatível com as demais da GA de Humanas, como indicado pela tabela a seguir:

Área	Progs.	Conc. 3	Conc. 4	Conc. 5	Conc. 6	Conc. 7
Filosofia	100,0%	50,0%	31,3%	9,4%	9,4%	0,0%
Geografia	100,0%	48,5%	30,3%	12,1%	9,1%	0,0%
História	100,0%	47,8%	26,1%	17,4%	2,2%	6,5%
Educação	100,0%	42,7%	30,5%	22,0%	4,9%	0,0%
Total C Humanas	100,0%	40,7%	29,8%	21,8%	4,7%	2,9%
Teologia	100,0%	38,5%	15,4%	38,5%	0,0%	7,7%
Psicologia	100,0%	37,9%	27,6%	27,6%	3,4%	3,4%
Sociologia	100,0%	30,8%	30,8%	28,2%	5,1%	5,1%
C. Política	100,0%	30,0%	55,0%	15,0%	0,0%	0,0%
Antropologia	100,0%	21,4%	14,3%	42,9%	7,1%	14,3%

Descartada a Área de Arqueologia, com apenas dois programas, a da História, no conjunto, situa-se entre aquelas que apresentam uma curva decrescente relativamente gradual da nota 3 até a nota 6. A proporção de programas da História com nota 3 está superior à média da GA, próxima daquela da Filosofia e da Geografia, motivada com certeza pelo grande número de programas novos nos últimos dois anos. Já a das notas 4 e 5 estão inferiores às da GA, mas ainda sem discrepar de outras. É nas notas 6 e 7 que parece residir a especificidade do perfil da História, baixo em demasia no primeiro caso, mas com um certo inchamento do segundo, apesar de ainda inferior a duas outras áreas. Tais características não são, em si, condenáveis ou prejudiciais, pois decorrem de uma história muito específica da própria Área. Não obstante, o CA deve prestar atenção a essa distribuição na próxima trienal.

AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DA ÁREA

Apesar de seu caráter ainda limitado pelas razões acima expostas, são as 211 colunas das duas planilhas, elaboradas ao longo deste último ano e preenchidas, para o ano-base 2005, durante a segunda avaliação continuada do triênio 2004-2006, que melhor servem para traçar esse panorama, embora também devam ser consideradas as observações que constam das Fichas de Avaliação de cada programa e que já se encontram disponíveis para consulta na página da CAPES. Por outro lado, dadas as características do processo de preenchimento das planilhas, convém ainda, até uma verificação da confiabilidade dos dados, tomá-los com certo cuidado. Apesar disso, as páginas, que seguem, devem ser acompanhadas com as planilhas em mão, para sua melhor compreensão, encontrando-se as colunas de 1 a 141 na planilha denominada “Base1”, e as demais na planilha “Base2”.*

Os primeiros mestrados da Área de História (USP e UFF) foram implantados em 1971, logo seguidos pelos da UFPR, PUC/SP e UFG (1972) e pelos da PUC/RS, UFPE, UFSC, UNICAMP e UnB, entre 1973 e 1976 (ver Colunas 2 e 3 das planilhas anexas). Mais 6 surgiram na década de 1980; e 8, na de 1990. Os dois cursos de doutorado da USP, criados em 1971, permaneceram, porém, os únicos do país até 1982, quando foi aprovado o da UFPR. Seguiram-se outros 4 na mesma década (UNICAMP, UFF, PUC/RS e UNESP/Assis); mais 8 na seguinte; e um em 2000. Portanto, na virada do milênio, a Área de História contava com 9 mestrados e 16 mestrados e doutorados, num total de 25 programas. De lá para cá, mais 11 programas passaram a ser avaliados nesta continuada de 2006, enquanto outros 10 ingressarão no processo de avaliação na trienal de 2007, o que sugere o crescimento bastante acentuado da Área.

Conforme as Colunas 4 a 6 das planilhas anexas, dos 36 programas em consideração no ano-base 2005, 22 têm mestrado e doutorado e 13, apenas mestrado, aos quais soma-se um mestrado profissional (FGV/Rio), com a característica igualmente original, por enquanto, compartilhada apenas com a FIOCRUZ, de não dispor de uma graduação. A enorme maioria (32) comporta uma única área de concentração, mas há dois programas com 3 (UnB, FGV/Rio), um com 2 (UFPE) e mais um com 4 (UNICAMP). O maior de todos os programas em número de professores e alunos (USP/HS) apresenta 6 linhas de pesquisa, mas é a UNICAMP, com um corpo docente e discente bem menor, que mais destoa do conjunto, com 9, quando a maioria (21 ou 58,3%) dos programas inclui 3 ou 4. Embora 11 contentem-se com duas, no outro extremo, encontra-se a FUFPI, com apenas uma linha.

* Para alternar entre as planilhas, clique com o botão esquerdo do *mouse* em uma das duas abas, ou orelhas, que se encontram no canto inferior esquerdo da tela principal.

Um elemento importante de avaliação dos programas consiste na distribuição que revelam da carga horária docente entre a graduação e a pós (ver Colunas 7 a 10). Infelizmente, os dados do ano-base 2005 estão comprometidos por dois programas de que é possível consultar somente, de um (USP/HS), a carga na graduação, e, do outro (UFPR), aquela na pós. Não obstante, não deixa de ser possível verificar que ocorre uma grande diferenciação sob esse aspecto. Se é difícil entender que 3 programas (PUC/RS, UFES e UNICAMP) reservem menos de 20% de sua carga horária docente para a graduação e mais 2, menos de 40% (PUC/Rio e USP/HE), parece igualmente inapropriado que 10 outros dediquem menos de 20% da carga à pós. Mais representativo da situação da Área parecem ser os 18 programas (50%) que reservam para a pós entre 20,3 e 49,3% de sua carga docente, ainda que a média geral calculada nas Colunas 9 e 10, 61,2% para a graduação e 38,8% para a pós (algo diferente da média da Área de Avaliação estabelecida pela Agência, 66,5 e 33,5%, respectivamente), seja aquela que provavelmente mais se aproxime do ideal.

Aspecto correlato é o do número de disciplinas oferecidas na graduação e na pós (Colunas 17 e 18). Há com certeza algum excesso de registro no caso da UFF, com 202 disciplinas na graduação; assim como são de estranhar as 26 disciplinas na pós, diante das 24 na graduação, oferecidas pela PUC/Rio; e as 51 na pós, contra 49 na graduação, pela UNICAMP. Tais dados tornam-se mais significativos caso sejam colocados em perspectiva com a introdução da variável número de docentes permanentes, conforme indicado na tabela abaixo:

IES	17	18	23	17A	18A
	GR N° Disciplinas	PG N° Disciplinas	N° DP	GR N° Disci- plinas / DP	PG N° Disci- plinas / DP
UFBA*	93	16	17	5,5	0,9
UEPB/JP	87	9	19	4,6	0,5
FUFPI	48	7	11	4,4	0,6
UPF	39	16	9	4,3	1,8
UFMS	60	9	14	4,3	0,6
UFRN	51	10	13	3,9	0,8
UFF*	202	22	53	3,8	0,4
UFRJ/HC	83	17	22	3,8	0,8
UERJ/HP*	89	14	25	3,6	0,6
UFMG*	67	8	19	3,5	0,4
UFC	38	13	11	3,5	1,2
UFJF	38	11	11	3,5	1,0
USP/HE*	59	33	18	3,3	1,8
UFRJ/HS*	69	19	24	2,9	0,8
UFPE*	47	23	17	2,8	1,4
UFRGS*	56	10	21	2,7	0,5
UFSC*	53	20	20	2,7	1,0
UFU*	47	11	19	2,5	0,6
PUC/RS*	32	21	13	2,5	1,6

IES	17	18	23	17A	18A
	GR N° Disciplinas	PG N° Disciplinas	N° DP	GR N° Disci- plinas / DP	PG N° Disci- plinas / DP
UFMT	27	10	11	2,5	0,9
UNESP/ASS*	49	7	22	2,2	0,3
USP/HS*	118	0	57	2,1	0,0
UNICAMP*	49	51	25	2,0	2,0
UNB*	31	14	16	1,9	0,9
USS	23	11	12	1,9	0,9
UFG*	38	7	20	1,9	0,4
UFPA	17	7	9	1,9	0,8
PUC/RIO*	24	26	13	1,8	2,0
UNISINOS*	29	13	16	1,8	0,8
UFES	29	8	16	1,8	0,5
UNESP/FR*	28	13	18	1,6	0,7
UEM	20	19	14	1,4	1,4
PUC/SP*	16	15	14	1,1	1,1
UFPR*	0	14	17	0,0	0,8
FIOCRUZ*	0	14	17	0,0	0,8
FGV/RJ	0	13	19	0,0	0,7

* – programa com mestrado e doutorado; GR – graduação; PG – pós-graduação; DP – docente permanente

Ignorando-se os casos sem graduação ou em que ocorreram flagrantes erros de preenchimento ou processamento dos dados (USP/HS e UFPR), parece evidente que a maior carga na graduação tende a concentrar-se nos programas menores e mais recentes, apenas com o nível de mestrado ainda. Contudo, é preocupante encontrar situados na mesma faixa programas consolidados, com mestrado e doutorado, como a UFBA, a UFF, a UERJ/HP e a UFMG. Preocupa igualmente a indicação, em diversos programas, de médias de disciplinas na pós por docente permanente muito inferior a 100% (Coluna 38), o que pode indicar que uma parcela grande do corpo docente está deixando de ministrar cursos.

Agora, quanto ao corpo docente propriamente (Colunas 23 a 42), há uma diferença considerável entre os programas USP/HS (com 57 professores permanentes) e UFF (com 53), em um extremo, diante da UPF e da UFPA, com apenas 9 cada, no outro. A maioria dos programas (21 ou 58,3%), no entanto, situa-se entre os 15 e os 25 docentes permanentes, e os demais estão abaixo disso. Os 36 programas da Área em exame contam com 819 docentes, dos quais 672 permanentes, o que dá uma relação de 82,1%, perfeitamente adequada ao que determina a Portaria 68/2004 da CAPES. Pelo menos três programas (UFPE, UFMT e UnB), todavia, registram um número excessivo de colaboradores e visitantes, o que precisa ser corrigido. Ao mesmo tempo, salta à vista a discrepância entre os 21 visitantes e os 126 colaboradores na Área, a qual sugere que os programas da História ainda não sabem (ou não podem) tirar partido da situação de

professor visitante para a troca de experiências e a dinamização de determinadas linhas de investigação, tendo, ao invés, de recorrer aos colaboradores para suprir deficiências no número dos permanentes.

Para esses 672 docentes permanentes, a Área de História registra 1.205 outros participantes com doutorado, o que representa uma relação de 1,8, a qual, porém, ainda precisa ser avaliada enquanto indicadora de uma participação deles como membros de bancas, sobretudo quando, em relação a um total de 2.164 outros participantes, a Área apresenta 617 (28,5%) não informados. Isso aponta para um preenchimento deficiente do Coleta neste aspecto, provavelmente por conta da falta de registro do CPF dos professores no momento de sua participação, o que não pode ocorrer.

Quanto ao tempo de titulação, já foi observada acima a predominância na Área de docentes com mais de 5 anos de doutoramento ($48,3+29,8 = 78,1\%$), o que indica o seu amadurecimento. No entanto, considerando-se a necessidade de sua renovação, não deixa de ser preocupante que um programa (PUC/SP) não indique um docente sequer com menos de 5 anos de doutoramento; que mais 11 programas não revelem docentes com menos de 2 anos; e que, destes últimos, 8 apresentem taxas de docentes entre 2 e 5 anos bastante inferiores à média encontrada para a Área.

Por outro lado, somente 12 programas (33,3%) registram participação de docentes permanentes na docência da PG igual ou superior a 90%, ficando a maioria (19, ou 52,8%) entre 63,2 e 89,5%. Maior atenção merecem certamente os 7 programas com 100% de docência na graduação e mesmo os outros 15 com mais de 90%, pois tais taxas tendem a inviabilizar a saída de professores para reciclagem ou para emprestar sua experiência a outras instituições, como visitantes (ver Colunas 38 e 39).

Em termos da orientação na PG, apenas 8 programas alcançam o percentual de 100% (UFRJ/HS, PUC/RS, PUC/Rio, UFMG, USP/HE, UnB, UFC, USS). Outros 11 permanecem na faixa dos 90%, o que não chega a comprometer em programas grandes e consolidados. Outro tanto situa-se na faixa, mais problemática, dos 80%. Contudo, os 5 programas abaixo dessa faixa, que incluem um de excelência, precisam corrigir essa situação com a máxima urgência (UFPA, UFF, UFG, UFMT, UFPB/JP).

Na graduação, onde se preparam os futuros alunos da pós, a situação é mais equilibrada. Dez programas estão acima dos 80%; mais 10 na faixa dos 70%; 7 na faixa de 60% – o que dá a entender que o ideal, nesse aspecto, situe-se entre 70 e 90%, mas, ao mesmo tempo, sugere atenção em relação aos demais 7 programas com índices abaixo de 60%.

Merecem igualmente consideração os 13 programas (embora um tenha obtido seu credenciamento muito recentemente) cuja porcentagem de docentes permanentes com participação em bancas situa-se abaixo dos 70% (Coluna 42).

No que toca às atividades de pesquisa, ainda que a análise da relação dos projetos de pesquisa em andamento, presente no respectivo caderno de avaliação, seja de grande valia, a sua expressão numérica nas planilhas elaboradas (Colunas 43 a 45) pouco parece acrescentar, ainda mais que os programas estão tendendo, ao que tudo indica, a vincular quase automaticamente cada projeto a uma linha de pesquisa. Por outro lado, seria muito útil para o processo de avaliação desse aspecto a inclusão de mais algumas variáveis pela CAPES no aplicativo do Coleta (vejam-se as Colunas 44 a 54 das planilhas anexas e a seção Sugestões, adiante). Por enquanto, resta, por conseguinte, o exame do percentual de alunos de diferentes níveis nos projetos de pesquisa (Colunas 55 a 59). Indicador significativo, sem dúvida, mas que fornece apenas uma idéia da distribuição do envolvimento de alunos de diferentes níveis nas atividades de pesquisa, ou seja, se predominam alunos da graduação ou da pós. Na realidade, esses dados acabam comprometidos pelo hábito na Área de não reconhecer, em geral, o vínculo da dissertação ou da tese com o projeto de pesquisa do orientador, o que tende a tornar pouco expressivos os números e os percentuais de mestrandos e doutorandos envolvidos em atividades de pesquisa. Também os alunos do *Lato Sensu* dificilmente partilham tal envolvimento, dadas as características desses cursos. Por outro lado, é muito importante dispor de uma idéia precisa do percentual de alunos de graduação engajados, graças a bolsas de IC, de monitoria, etc. Contudo, esse cálculo precisa ser feito em relação ao total de alunos de graduação sob a responsabilidade dos professores do programa, dado que parece, no entanto, não ser capturado pelo atual Coleta.

Nas Colunas 60 a 66 das planilhas anexas, reúnem-se os indicadores relativos às atividades de formação, ou seja, à atuação do corpo docente como orientador. Aqui, ao que tudo indica, os principais talvez sejam dois. Primeiro, o número de orientandos de mestrado e doutorado por docente permanente (Coluna 63). Sob esse aspecto, ainda que se reconheça no fato uma decorrência de se ter computado como corpo discente a soma dos titulados com os alunos ao final do ano, há 4 programas cujos percentuais encontram-se elevados em demasia, acima de 9, chegando até 14 (PUC/SP, PUC/RS, UnB e USS), o que merece correção. Entre 4 e 8 orientandos por docente permanente, por outro lado, situam-se 18 programas, ou 50% daqueles em exame no ano-base 2005, o que parece o ideal. Finalmente, ignorando quatro programas somente com mestrado, recentemente aprovados (FUFPI, UEM, UFRN, UFPB/JP), os demais 10 encontram-se entre 2,4 e 3,9 orientandos por docente permanente, o que permite supor a possibilidade de alguma expansão do corpo discente, caso as atividades na graduação não estejam

cobrando uma carga excessiva dos docentes. O segundo indicador importante não deixa de constituir o reverso deste e consiste no número de orientandos de IC por docente permanente (Coluna 66). Reverso por que uma carga de orientação muito pesada na pós tende a limitar a possibilidade de orientação na graduação e a comprometer o futuro do programa. E vice-versa. Em consequência, não será provavelmente coincidência que 3 dos 4 programas indicados acima com mais de 9 orientandos de pós por docente permanente deixem de registrar orientandos de IC, enquanto o quarto somente o faz com um percentual bastante baixo. Preocupante, no entanto, são os programas com baixa carga de orientação na pós que também pouco se dedicam à atividade na graduação e mesmo cinco programas (inclusive um de excelência), com médias entre 4 e 8 orientandos na pós (UNICAMP, UNESP/Franca, UFRJ/HS, UFBA e UNESP/Assis), que não registraram qualquer orientação na graduação – fato que pode decorrer de falhas, a serem corrigidas, no preenchimento do Coleta.

Quanto às Colunas com indicadores sobre o corpo discente (67 a 96), vale retomar inicialmente uma observação acima. Se a graduação é a mãe da pós, no sentido de que é a preparação adquirida na primeira que estimula e possibilita o acesso à segunda, torna-se importante avaliar o corpo discente da graduação sob a responsabilidade dos professores da pós e, conseqüentemente, indispensável passar a captar no Coleta as suas dimensões respectivas e torná-las disponíveis para os CAs. Tal informação poderá ser muito esclarecedora para programas com altas taxas de docência na graduação (ver, adiante, a seção Sugestões). Sob esse ângulo, não deixa de ser lamentável – embora se espere que decorra de deficiência no preenchimento do Coleta – que 10, ou 27,8%, dos 36 programas não registrem qualquer discente de graduação envolvido em suas atividades. Outros 3 o fazem, mas não indicam bolsistas de IC. Sete parecem identificar a participação de graduandos com bolsas de IC concedidas, uma vez que os números das duas Colunas (68 e 69) são idênticos ou muito próximos. Restam, portanto, 16 programas em que quanto menor a proporção de alunos bolsistas de IC em relação ao número de alunos da graduação engajados mais evidencia-se o esforço do programa para envolver os graduandos em suas atividades. Tal proporção, calculada a partir das Colunas 68 e 69, encontra-se disposta a seguir:

IES	GR Envolv.	IC	%
UFC	8	1	12,5
UFMT	79	20	25,3
UFPR*	60	18	30,0
UFG*	43	14	32,6
UFPB/JP	22	8	36,4
UFRGS*	73	29	39,7
UFJF	44	21	47,7
UEM	22	11	50,0

IES	GR Envolv.	IC	%
PUC/RS*	15	8	53,3
UFU*	33	18	54,5
UFSC*	38	21	55,3
FUFPI	15	9	60,0
USP/HS*	50	35	70,0
UERJ/HP*	52	37	71,2
UFMG*	70	51	72,9
UFPE*	29	25	86,2

As Colunas seguintes tratam do fluxo dos alunos durante o ano-base. Para o único mestrado profissional da Área (Colunas 70 a 75), o fluxo mostra-se bom, com 9 discentes titulados (20,5%) e com uma pequena expansão dos efetivos, de 44 para 49 alunos (11,4%), o que, dada a taxa de 3,1 orientandos por docente permanente, parece muito adequado.

Para os demais 35 programas, é melhor considerar as Colunas 88 a 96, que, quando é o caso, apresentam os dados agregados dos cursos de mestrado e doutorado. Há 2 programas muito grandes, com mais de 200 alunos cada, USP/HS e UFF; 7, grandes, com mais de 100 alunos (PUC/SP, UNICAMP, UnB, UFMG, USP/HE, UFRJ/HS e PUC/RS); 13 médios, entre 50 e 100 alunos, que incluem 3 programas com o nível de mestrado somente (USS, UFES e UPF); e outros 13 com menos de 50 alunos, entre os quais contam-se 3 programas com mestrado e doutorado (UNISINOS, UFG e FIOCRUZ). Um indicador mais preciso, contudo, para esse aspecto consiste no quociente da divisão do número de alunos total (titulados mais alunos ao final) pelo número de docentes permanentes do programa, o que equivale ao de orientandos por docente permanente (Coluna 63). Utilizando-se este último critério, em relação a esses 35 programas, observam-se os mesmos problemas já apontados, mais acima, ao tratar-se das atividades de formação: sem a contratação de novos docentes permanentes, 4 programas estão no limite de suas possibilidades (PUC/SP, PUC/RS, UnB e USS); 11, descontados aqueles recentemente credenciados, parecem dispor de condições para crescer, desde que suas disponibilidades não sejam absorvidas pelas demandas da graduação; e 18 (50%) revelam um bom equilíbrio ao final de 2005. As taxas de abandono e de desligamento mostram-se razoáveis (0,4 aluno com abandono e 2,5 desligado por programa, na média), ainda que alguns programas apresentem taxas de desligamentos mais elevadas, inadmissíveis a longo prazo, mas compreensíveis em um ano específico. No entanto, quando comparados alunos no início com alunos ao final, merece atenção o súbito incremento de alunos novos que alguns programas recentemente credenciados estão admitindo, o que, mesmo havendo disponibilidade de orientação, como é o caso, ameaça comprometer a qualidade das seleções e, conseqüentemente, dos futuros eventuais titulados. Desses, o da UFES é o mais evidente, com 44 alunos novos contra 13 titulados. Por fim, cumpre registrar que um cálculo de controle, introduzido na Coluna 94, revelou que 6 programas (UNICAMP, UFRJ/HS, UFRGS, UFPE, UFSC e UFJF) não conseguiram informar corretamente o resultado de seu fluxo de discentes, ainda que em outros 3 (UFF, PUC/RS e UNESP/Franca) as diferenças constatadas pareçam proceder da presença de discentes com mudança de nível, ocorrência, aliás, bastante rara na Área (apenas 7 casos, 5 dos quais nos 2 maiores programas).

Como a categoria mestrado profissional tem exigências próprias, é o tempo médio de titulação das dissertações do programa da FGV/Rio, 28 meses, que parece, por ora, o indicador mais importante, confirmando sua qualidade e desempenho, até a aprovação e divulgação da nova Ficha de Avaliação para os mestrados profissionais, que a CAPES está elaborando.

Nos 35 cursos de mestrado acadêmico, o tempo médio de titulação da Área foi, segundo o cálculo da Agência, de 28,5 meses. No entanto, a média da Coluna 122 das planilhas anexas – expurgados do divisor 5 programas, que ainda não tiveram defesas – foi um pouco superior, de 30,1, muito próximo daquele da GA (30,2). Esses valores, ainda que se encontrem, para a Área, bem abaixo dos 36 meses que o CA fixou (sem desconhecer que o fazia em contradição muitas vezes com regulamentos específicos de algumas IES), no ano passado, como teto razoável para desencorajar defesas apressadas, que pudessem comprometer a qualidade das dissertações, revelam, porém, que 3 programas permanecem em um patamar um pouco elevado, entre 40,4 e 36,3 meses (USP/HS, USS e USP/HE), para cuja correção devem ser envidados os melhores esforços, como parece, aliás, que vem sendo feito.

Surpreendentemente, por outro lado, somente estavam disponíveis informações para 8 programas quanto ao tempo médio de titulação de bolsistas, situados entre 23 e 24 meses, mas em um caso (FUFPI), equivalente a 20 meses, o que passa a despertar preocupação. Para 17 outros programas, quase metade da Área em avaliação, tal indicador (Coluna 124), contudo, surge como zero, ainda que todos eles registrem a presença de dissertações financiadas com bolsas. Tal constatação reduziu muito a representatividade desse item, com a sua média, calculada pela Agência, igual a 15,7 meses e bem inferior à da GA (23,2), aparecendo como completamente irrealista para a Área, o que confirma a presença de algum problema no cálculo desse indicador.

Já para os titulados não-bolsistas, os prazos se dilatam um pouco (média por programa nas planilhas: 30,7 meses; média para a Área pela CAPES: 31,3; média GA Humanas: 30,6), mas conservam-se dentro do ideal. Três programas encontram-se acima do patamar de 36 meses (USP/HS, UNESP/Assis e USS) e devem cuidar para reduzi-lo. No outro extremo, mais 3 programas (UFRGS, UFRJ/HS e FUFPI) registram o tempo médio de titulação de não-bolsistas como inferior a 23 meses, o que é deveras preocupante, em particular no caso da última, recentemente credenciada, que indica 18 meses para um de seus dois titulados.

O tempo médio de bolsa para os discentes foi de 20,7 meses na média das planilhas (Coluna 123) e de 21,4, no cálculo da Agência, diante dos 20,6 da GA. Quatro programas conseguiram manter suas bolsas por 24 meses (USP/HE, UFMT, UFU e UFES), mas os demais parecem ter adotado algum sistema destinado a favorecer uma

maior rotatividade entre os discentes, oferecendo uma duração menor (até pouco menos de 12 meses), com o provável objetivo de alcançar um maior número deles. Conforme a Coluna 126, apenas um programa teve todas as suas dissertações defendidas em 2005 financiadas com bolsa, mas outros 8 asseguraram mais de 80% de bolsistas entre os titulados, enquanto 11 situaram-se entre 50 e 80%; 5 ficaram abaixo desse nível; e mais 5 não tiveram qualquer bolsista titulado. No somatório geral, 248 dissertações foram financiadas com bolsa, enquanto 229 não o foram, o que corresponde, respectivamente, a 51,0 e a 47,1%, quando considerados todos os titulados de mestrado da Área. O fato de tais percentuais somados não alcançarem 100% parece decorrer de enganos de preenchimento entre o número de titulados e o número de dissertações financiadas, ou não, em 2 programas (UNICAMP e PUC/RS).

Em 2005, os 35 programas com mestrado acadêmico titularam 486 discentes, o que dá uma média por programa de 13,9. Para observar esse movimento, o indicador mais pertinente talvez seja o percentual de titulados por um programa em relação a seus alunos no início do ano, indicado na tabela abaixo, calculada a partir das Colunas 76 e 80 da “Base1” (foram excluídos o único mestrado profissional e os programas que ainda não titularam discentes).

IES	Col. 76	Col. 80	Col. 80 / Col. 76
	ME N° Alunos Iníc	ME N° Alunos Tit	
FIOCRUZ*	23	14	60,9%
UFRJ/HC	33	20	60,6%
UFPR*	29	16	55,2%
UFMT	26	14	53,8%
PUC-RIO*	33	16	48,5%
PUC/RS*	52	25	48,1%
UFU*	59	25	42,4%
UNISINOS*	19	8	42,1%
UFES	31	13	41,9%
UFRJ/HS*	36	15	41,7%
UFG*	29	12	41,4%
UFPE*	29	12	41,4%
UERJ/HP*	37	15	40,5%
UFMS	26	10	38,5%
UFSC*	45	17	37,8%
UFF*	101	38	37,6%
UPF	46	17	37,0%
UFC	36	13	36,1%
UFBA*	42	15	35,7%
UNICAMP*	76	27	35,5%
UNESP/FR*	43	15	34,9%

IES	Col. 76	Col. 80	Col. 80 / Col. 76
	ME N° Alunos Iníc	ME N° Alunos Tit	
PUC/SP*	82	27	32,9%
UNB*	65	21	32,3%
UFMG*	63	20	31,7%
UNESP/ASS*	35	10	28,6%
USS	100	21	21,0%
FUFPI	11	2	18,2%
UFRGS*	34	6	17,6%
USP/HS*	112	18	16,1%
USP/HE*	43	4	9,3%
TOTAL	2.598	486	18,7%

De acordo com esse indicador, surpreende que 4 programas tenham diplomado mais de 50% de seus discentes. Na outra ponta, surpreende igualmente que 6 tenham titulado menos do que 30%, o que parece muito pouco, sobretudo quando se trata de programas consolidados. Assim sendo, considerando-se o tempo máximo de titulação como de 36 meses, o ideal parece situar-se entre 30 e 50% ou em torno de 40% do corpo discente no início de cada ano, média bem acima daquela correspondente ao conjunto dos programas (18,7%).

No que diz respeito às bancas examinadoras, para os 486 titulados, a maioria dos orientadores principais são docentes dos programas (479 ou 98,6%), aparecendo apenas um pequeno número de outros orientadores principais (14), o que revela que é reduzido não só o número de orientadores externos, como também pouco utilizado na Área, nesse nível, o recurso da co-orientação. Por outro lado, contudo, os dados coligidos sobre as bancas indicam diversos problemas de preenchimento e/ou processamento. Supondo-se contar uma banca de mestrado com pelo menos 3 membros, o total de participantes em bancas deste tipo num programa jamais pode ser inferior ao triplo do número das defesas. Não obstante, isso ocorre em 10 casos (UFF, UNICAMP, UFMG, PUC/RS, UFRJ/HC, UFES, UFPR, UFPE, UFRJ/HS, UFRGS). Mais grave, em 11 ocorrências, o número de participantes doutores é inferior ao dos participantes (UFF, UnB, UFMG, UFSC, PUC/Rio, UFBA, UFRJ/HC, UFPR, UERJ/HP, UNESP/Assis, UFRJ/HS); e, em 6, o número de participantes externos não chega a igualar o número de defesas, o que é uma exigência da CAPES (UnB, UFPE, UFG, UFC, UFBA, UPF). Provavelmente, a maior parte dessas deficiências decorrem de falhas no preenchimento do Coleta ou das planilhas, mas não podem deixar de ser explicadas, ajustadas ou denunciadas (se equivocadamente apontadas), além de remediadas para o futuro (se tiverem ocorrido).

Dos atuais 22 doutorados da Área, três, criados em 2002 ou 2003 (UFBA, UERJ/HP e UFG) ainda não registraram qualquer defesa, enquanto outro (UFU) acabou

de ter credenciado o seu curso nesse nível. Considerando, por conseguinte, 18 programas, o tempo médio de titulação da Área foi, segundo o cálculo da Agência, de 52,9 meses. No entanto, a média da Coluna 137 das planilhas anexas foi um pouco superior, igual a 53,8 meses, muito próximo daquele da GA (53,9). Esses valores encontram-se bem abaixo dos 60 meses que o CA fixou (sem desconhecer que o fazia em contradição muitas vezes com regulamentos específicos de algumas IES), no ano passado, como teto razoável para desencorajar defesas apressadas, que pudessem comprometer a qualidade das teses. Se os 2 maiores programas apresentam tempo médio de titulação de doutorado um pouco superior a esse patamar (USP/HS, 63,3 meses e UFF, 60,7), todos os demais encontram-se abaixo, 5 dos quais situados, ao que tudo indica, na faixa ideal entre 54 e 60 meses (PUC/Rio, UFSC, UNESP/Assis, UFPR, UFPE), e os demais, entre 49,2 e 53,1 meses.

Como no caso do nível de mestrado, ao que tudo indica, algum problema ocorreu com o cálculo do tempo médio de titulação dos bolsistas, uma vez que, dos 18 programas, embora somente 3 (UFPR, UFRGS, UNESP/Franca) não tenham titulado discentes bolsistas, outros 10 também apresentam índice zero neste item – algo que a média da Área, segundo a Agência, equivalente a surpreendentes 31,9 meses, diante da média da GA de Humanas de 47,8 meses, tende a confirmar. Por outro lado, dos demais 5 programas, 4 cravaram a média de 48 meses (UFF, UNICAMP, FIOCRUZ, UFSC), enquanto o outro (PUC/RS) situou-se em 47,3, ainda que no caso da FIOCRUZ e da UFSC, que somente titularam bolsistas, cause estranheza verificar que a média de meses para titulação de bolsistas (Coluna 139) não coincida com a média de meses para titulação (Coluna 137).

Para os titulados não-bolsistas, a média da Área segundo a CAPES, comparada à de Humanas (54,3), mostra-se igualmente baixíssima (34,5 meses). Uma das razões disso é certamente a taxa inacreditável de um programa (UNICAMP), com 35 meses, que somente pode resultar de algum engano; a outra, de 3 programas não terem titulado senão bolsistas (PUC/SP, FIOCRUZ, UFSC). Caso esses 4 programas sejam excluídos do cálculo, a média dos demais 14 sobe para 55,4 meses. Desses 14, 3 apresentam prazos um pouco além dos 60 meses estabelecidos pelo CA (UFF, USP/HS, PUC/Rio), mas sem maiores comprometimentos, uma vez que envolvem alunos não-bolsistas. Cinco situam-se na faixa ideal entre 54 e 60 meses, enquanto que os demais 6, abaixo de tal patamar, começam a apresentar valores que não deixam de despertar uma certa preocupação quanto à qualidade dos trabalhos.

O tempo médio de bolsa para os discentes foi de 32,8 meses na média das planilhas (Coluna 138) e de 42,6, no cálculo da Agência, diante dos 38,6 da GA. Ainda que sem alcançar os 48 meses, 6 programas conseguiram manter discentes com suas

bolsas por mais de 42 meses (UNESP/Assis, PUC/RS, UNISINOS, UFRJ/HS, PUC/SP, UFSC), mas os demais parecem ter adotado algum sistema que favorece uma maior rotatividade entre os discentes, oferecendo uma duração menor (de até 24 meses), com o provável objetivo de alcançar um maior número deles. De acordo com a Coluna 141, 3 programas tiveram todas as suas teses defendidas em 2005 financiadas com bolsa (PUC/SP, FIOCRUZ, UFSC), mas outros 4 asseguraram mais de 80% de bolsistas entre os titulados, enquanto 3 situaram-se entre 50 e 80%; 5 ficaram abaixo desse nível; e mais 3 não tiveram qualquer bolsista titulado. No somatório geral, 133 teses foram financiadas com bolsa, enquanto 93 não o foram, o que corresponde, respectivamente, a 55,9 e 39,1%, quando considerados todos os titulados de doutorado da Área. O fato de tais percentuais somados não alcançarem 100% parece decorrer de enganos de preenchimento entre o número de titulados e o número de teses financiadas, ou não, em 6 programas (USP/HS, UFPE, UFF, UFRJ/HS, PUC/RS, UNISINOS).

Em 2005, os 18 programas com doutorado titularam 238 discentes, o que dá uma média por programa de 13,2. Para observar esse movimento, o indicador mais pertinente talvez seja o percentual de titulados por um programa em relação a seus alunos no início do ano, indicado na tabela abaixo, calculada a partir das Colunas 82 e 86 da “Base1” (foram excluídos os programas que ainda não titularam discentes).

IES	Col. 82	Col. 86	Col. 86 / Col. 82
	DO N°	DO N°	
	Alunos Iníc	Alunos Tit	
UNISINOS*	28	9	32,1%
PUC/RS*	53	17	32,1%
UFF*	128	39	30,5%
UFRGS*	37	11	29,7%
UFPE*	50	14	28,0%
UNICAMP*	86	22	25,6%
UFRJ/HS*	55	14	25,5%
PUC/SP*	64	16	25,0%
UNESP/ASS*	49	12	24,5%
PUC-RIO*	30	7	23,3%
FIOCRUZ*	19	4	21,1%
UFPR*	43	9	20,9%
UFMG*	42	8	19,0%
UFSC*	29	5	17,2%
USP/HE*	77	13	16,9%
USP/HS*	188	26	13,8%
UNESP/FR*	29	4	13,8%
UNB*	72	8	11,1%
TOTAL	1.114	238	21,4%

De acordo com esse indicador, considerando-se pelo menos 4 anos de doutoramento, é de esperar-se que um programa titule algo entre 1/5 ou 20% e 1/4 ou 25% de seus discentes a cada ano. Em 2005, dos 18 programas com doutorado da Área, 5 encontram-se acima desse patamar, entre 28,0 e 32,1% (PUC/RS, UNISINOS, UFF, UFRGS, UFPE); 5, em torno de 25% (UNICAMP, UFRJ/HS, PUC/SP, UNESP/Assis, PUC/Rio); mais 3, em torno de 20% (FIOCRUZ, UFPR, UFMG); e 5, abaixo de 19% (UFSC, USP/HE, USP/HS, UNESP/Franca, UnB), alcançando até mesmo 11,1%, o que é preocupante.

No que diz respeito às bancas examinadoras, para os 238 titulados, a maioria dos orientadores principais são docentes dos programas (225 ou 94,5%), aparecendo apenas um pequeno número de outros orientadores principais (17), o que revela que é reduzido o número de orientadores externos, assim como pouco utilizado na Área, nesse nível igualmente, o recurso da co-orientação. Por outro lado, contudo, como no mestrado, os dados coligidos sobre as bancas parecem indicar diversos problemas de preenchimento. Supondo-se contar uma banca de doutorado com pelo menos 5 membros, o total de participantes delas em um programa jamais pode ser inferior ao quádruplo do número das defesas. Não obstante, isso ocorre em 8 casos (UNICAMP, UFRJ/HS, PUC/RS, UFMG, UFPR, UFRGS, FIOCRUZ, UFPE). Há mais 5 em que a soma do número de docentes e participantes externos em banca (Colunas 132 e 133) não coincide com o número de participantes totais, indicado pela Coluna 130 (UFF, UFPE, UFRJ/HS, PUC/Rio, USP/HE). Mais grave, em 13 ocorrências, o número de participantes doutores é inferior ao dos participantes (PUC/RS, UFF, UFRGS, UFPE, UNICAMP, UFRJ/HS, UNESP/Assis, PUC/Rio, FIOCRUZ, UFPR, UFMG, UFSC, USP/HS); e, em 3, o número de participantes externos não chega a constituir o dobro do número de defesas, como é exigência da CAPES (UFF, UFRJ/HS, FIOCRUZ). Provavelmente, a maior parte dessas deficiências decorrem de falhas no preenchimento do Coleta ou das planilhas, mas não podem deixar de ser explicadas, ajustadas ou denunciadas (se equivocadamente apontadas), além de remediadas para o futuro (se tiverem ocorrido).

Finalmente, a produção bibliográfica, constante das colunas 142 a 211 da planilha denominada “Base2”. Para esse aspecto, os indicadores mais significativos devem ser buscados nas Colunas 176 a 196 (Produção Bibliográfica Docentes Permanentes) e 197 a 211 (Produção Bibliográfica Discentes). Cabe aqui igualmente registrar que deixou-se, por enquanto, de recorrer aos índices do Qualis-Periódicos, constantes dos cadernos de avaliação “Programa”, dos quais foram extraídos os dados para as duas planilhas que estão servindo de suporte para esta análise. Como o CA ainda não elaborou o Qualis-Livros da História (ver mais adiante), nem teve oportunidade de rever os critérios de classificação dos periódicos – embora pretenda fazê-lo em breve, antes da avaliação trienal – utilizar os critérios atuais, que situam a maioria dos

periódicos brasileiros na categoria dos “Nacionais”, com apenas a *RIHGB* e a *RBH* enquanto “Internacionais A”, implicaria em fornecer um quadro um tanto distorcido. Assim sendo, preferiu-se limitar o exame aos indicadores puramente quantitativos, o que decerto gerou deformações significativas, difíceis de serem captadas e, mais ainda, de serem adequadamente dimensionadas.

No conjunto, parece evidente que a Área de História apresenta uma produção volumosa e diversificada. Em 2005, a dos 672 docentes permanentes com atuação nos 36 programas em exame foi o equivalente a 54,0% daquela da Área e totalizou:

TIPO	Nº DE PRODUÇÕES	MÉDIA / DOC. PERM.
Artigos completos	590	0,9
Livros integrais	147	0,2
Capítulos de livros	482	0,7
Coletâneas	44	0,1
Trabalhos completos em anais	461	0,7
Artigos em jornais e revistas	356	0,5

A produção dos demais docentes, 147 colaboradores e visitantes (calculada por diferença da produção total que as Colunas 143 e seguintes trazem), não passa de 12,5% daquela dos docentes permanentes e de 6,8 do total da Área. Equivale a:

TIPO	Nº DE PRODUÇÕES	MÉDIA / COL+VIS
Artigos completos	76	0,5
Livros integrais	17	0,1
Capítulos de livros	64	0,4
Coletâneas	2	0,0
Trabalhos completos em anais	50	0,3
Artigos em jornais e revistas	51	0,4

Já a produção bibliográfica dos 3.540 discentes, correspondente a 1.378 autores (38,9%) e a 39,2% daquela do total da Área, alcançou:

TIPO	Nº DE PRODUÇÕES	MÉDIA / AUTOR
Artigos completos	477	0,3
Livros integrais	55	0,0
Capítulos de livros	154	0,1
Coletâneas	14	0,0
Trabalhos completos em anais	637	0,5
Resumos de trabalhos	1.157	0,8
Artigos em jornais e revistas	174	0,1

Isso significa que a Área de História, em 2005, teve a seguinte produção em seu conjunto de 2.353 autores:

TIPO	Nº DE PRODUÇÕES	%	MÉDIA / AUTOR
Artigos completos	1.143	28,5	0,5
Livros integrais	219	5,5	0,1
Capítulos de livros	700	17,5	0,3
Coletâneas	60	1,5	0,0
Trabalhos completos em anais	1.148	28,6	0,5
Artigos em jornais e revistas	581	14,5	0,2
Outros	158	3,9	0,1
TOTAL	4.009	100,0	1,7

Embora ainda não seja possível, pelas razões apontadas acima, realizar qualquer avaliação qualitativa dessa produção (ver mais adiante também), gerou-se, a partir da produção bibliográfica bruta, uma terceira planilha, que integra este Documento como Anexo II, por dois motivos. Primeiro, para tentar aprofundar, ainda que superficialmente, esse panorama da Área. Segundo, para fornecer uma idéia de como os dados quantitativos podem ser manipulados e analisados de acordo com uma metodologia desenvolvida para a Área de Artes pelo Prof Ricardo Loureiro, um estatístico que assessora a CAPES, e que foi apresentada em reunião da GA de Ciências Humanas em 14/12/2006.

A planilha do Anexo II compõe-se de 3 campos: à esquerda, 3 colunas identificam os 36 programas em avaliação, servindo a segunda para correlacionar uma determinada instituição com o número que ela recebeu no Anexo I; ao centro, 8 colunas situam em 6 faixas (EX ou excelente, MB ou muito bom, B ou bom, R ou regular, F ou fraco e I ou insuficiente), indicadas por meio de cores diversas, determinados índices para cada programa; à direita, registram-se a quantidade de índices que os programas obtiveram em cada faixa; define-se um peso para cada faixa; e procede-se, numa primeira coluna, ao cálculo do total de pontos alcançados pelos programas com a ponderação adotada. Uma segunda coluna, por fim, aquela mais à direita, intitulada “Score”, procura dar uma idéia de como funciona a metodologia do Prof. Loureiro. Toma-se a média de uma certa medida na Área como igual a 50 e, por proporção, calcula-se o “score” respectivo de cada programa relativo àquela medida. Com isso, para cada aspecto em avaliação, torna-se fácil, ao examinar-se o “score” de um programa, verificar não só se ele está acima ou abaixo da média, como a quanto corresponde a diferença. No caso em pauta, trata-se de um “score” da produção bibliográfica. Assim sendo, um programa que alcance o “score” 85 está muito acima da média (50) e mais bem situado do que outro com 62, por exemplo.

Ainda que permita aprofundar a análise da produção bibliográfica da Área, como se verá a seguir, é preciso advertir, no entanto, que **o Anexo II não passa de uma simulação e não tem, por conseguinte, qualquer valor, no momento, para fins da**

avaliação com nota, o que somente ocorrerá no próximo ano, envolvendo muitos outros parâmetros.

Compreenda-se, inicialmente, cada uma das 8 colunas que trazem índices da produção bibliográfica dos 36 programas. A primeira, 176C, registra o quociente do número total de produções do programa pelo número de seus docentes permanentes (ver Colunas 176B e 176, fora da área de impressão da planilha). A segunda, 185E, estabelece a diferença entre a percentagem ocupada na Área pelas produções consideradas mais importantes do programa (artigos completos, trabalhos completos em anais, livros integrais, capítulos de livros e coletâneas), listada na Coluna 176A, e a percentagem que seus docentes permanentes ocupam na Área (Coluna 185C, como a anterior, fora da área de impressão). A terceira, 185F, aponta a percentagem dessas mesmas produções consideradas mais importantes no conjunto das produções do programa (ver Colunas 185D e 176B, fora da área de impressão). A quarta (idêntica à Coluna 187 da planilha “Base2”) traz o número de publicações do programa dividido pelo número de seus docentes permanentes, conforme indicação do caderno de avaliação denominado “Programa”. A quinta e a sexta repartem o índice anterior em dois: publicações internacionais divididas por docente permanente (igual à Coluna 189 da “Base2”), e publicações nacionais divididas por docente permanente (Coluna 193 da mesma planilha). Finalmente, as duas últimas indicam a produção discente: a relação discentes-autores por discentes (Coluna 209), e a relação de publicações por discente (Coluna 210).

Tomados cada um por si, os índices apresentados nessas 8 colunas – que não levam em conta, por enquanto, qualquer indicação de qualidade, vale repetir – conduzem a resultados completamente contraditórios tanto com a idéia predominante que a Área tem de si mesma quanto daquela gerada pela última avaliação trienal. Alguns exemplos: a mais elevada relação entre a produção e os docentes permanentes (Coluna 176C) encontra-se em dois mestrados criados em 1999 (UPF) e 2002 (UFRJ/HC), com 9 e 22 docentes permanentes e com 53 e 33 discentes ao final de 2005, respectivamente; em compensação, entre os 6 programas que apresentam as maiores diferenças negativas entre a participação de sua produção e a participação de seu corpo docente permanente, na Área (Coluna 185E), acham-se 3 dos 4 programas de excelência; uma das mais altas relações de publicações nacionais por docente permanente cabe a um mestrado (FUFPI) surgido em 2003, com 11 docentes permanentes, que titulou apenas 2 alunos e tinha 24 discentes ao final de 2005; até mesmo a Coluna 189, com a relação produção internacional por docente permanente – aquela que talvez melhor reflita o perfil consensual da Área – não deixa de oferecer resultados surpreendentes (como é o caso, meritório, sem dúvida, da USS), por efeito dos atuais critérios do Qualis-Periódicos, que incluem um número muito pequeno de

veículos como Internacionais. Por conseguinte, não cabe aqui nem desmerecer, nem valorizar excessivamente tais resultados, pois, sem considerar qualquer aspecto qualitativo e envolvendo critérios problemáticos, como já foi ressaltado, eles são apenas a expressão da produção bruta dos programas.

Não obstante, separado o único mestrado profissional da Área e repartidos os demais 35 programas entre aqueles que têm mestrado e doutorado (22) e aqueles que só têm mestrado (13), não ficam impedidas algumas considerações:

- Encontrar as relações mais elevadas de produção total dividida pelo número de docentes permanentes dos programas (Coluna 176C), em dois programas de mestrado relativamente recentes e pequenos, mais do que qualquer erro de julgamento atual ou pretérito, evidencia, com toda a probabilidade, o caráter ainda deficiente e pouco confiável dos indicadores propostos na planilha do Anexo II, a título, não só de subsidiar o conhecimento da Área por ela mesma, como também de fornecer uma idéia de parte do processo de avaliação que está sendo elaborado para a trienal;
- Na Coluna 185E, o indicador – construído por meio da diferença entre a participação da produção e aquela do corpo docente permanente proporcionalmente no conjunto da Área – justifica-se a partir da concepção de que, em princípio, tal diferença deve ser zero para cada programa, a não ser quando o seu corpo docente se mostrar, seja mais, seja menos produtivo do que a média dos demais, resultando, então, em uma taxa positiva, no primeiro caso, e negativa, no segundo – ainda que, por enquanto, os resultados apresentados estejam longe de espelhar a realidade da Área, por conta dos fatores já mencionados;
- A média da Área de 61,1% (Coluna 185F) para o lugar ocupado na produção dos programas pelos tipos de produtos em geral mais valorizados, como livros, capítulos e artigos, tende a confirmar indiretamente a qualidade da produção da área e chama a atenção para os 12 programas em que este indicador encontra-se abaixo da média;
- 9,1 ou 8,2 publicações por docente permanente de um programa no ano (Coluna 187) pode parecer (e foi aqui considerado dessa forma) como um componente altamente positivo para a avaliação de um programa, mas também pode indicar um excesso de publicações repetidas ou irrelevantes, pois começa a aproximar-se, para a média dos docentes permanentes de um programa, de uma publicação por mês – o que não deixa de sugerir algo um tanto irrealista no atual panorama brasileiro, pelo menos;
- Entre os 13 mestrados (Coluna 189), não é de surpreender que 6 não apresentem publicações internacionais, mas os dois programas com mestrado e doutorado na mesma situação, caso confirmada, devem procurar superá-la;
- O mesmo deve buscar um programa com mestrado e doutorado que apresenta o mais baixo índice de publicações nacionais por docente permanente (Coluna 193);
- É evidente (Colunas 209 e 210) o maior cuidado e os melhores resultados alcançados pelos mestrados quanto ao registro da produção dos alunos, o que parece confirmar uma regra informal, que tende a circular entre os coordenadores, de que, quanto maior o corpo docente e mais significativas as publicações dos docentes, menor é a preocupação ou a possibilidade de capturar com rigor esse tipo de dado.

Em suma, como sói acontecer, a Área de História vem apresentando aspectos positivos e negativos ao longo desse triênio 2004-2006. Não há dúvida quanto ao acentuado crescimento do número de programas, mas, ao que tudo indica, isso se faz acompanhar da manutenção ou, talvez, até da ampliação da carga docente na graduação, o que não favorece uma dinâmica acadêmica mais ativa da Área, através da circulação de professores visitantes e da reciclagem dos docentes por meio de estágios de pesquisa e pós-doutoramento, embora faltem dados para avaliar esse último aspecto. Em outras palavras, concentrada nas IES federais – em que estão localizados 22 dos 36 programas em exame, ou mais de 60% deles – e IES estaduais – responsáveis por outros 7 ou quase 20% – a Área de História, apesar dos concursos recentes, parece ainda sofrer de um certo estrangulamento, que data de muitas décadas, não só no lado da demanda, como também da oferta, característico do sistema de ensino superior público no país, e que se traduz, em alguns casos, no número excessivo de colaboradores a que os programas recorrem. Provavelmente, tais fatores são igualmente responsáveis, em muitos, pelos baixos índices de docência e, em menor número de ocorrências, de orientação na PG, assim como, certamente, pelo número elevado em demasia de orientandos na PG, que se identifica em algumas instituições.

Visando à sua renovação, contudo, há um fato mais grave para a Área que consiste na pequena participação de docentes jovens, com menos de 5 anos de titulação, nos programas. Da mesma forma, há programas que precisam ampliar (ou registrar melhor) a orientação na graduação e o envolvimento de alunos desse nível em seus projetos de pesquisa, pois é aí que se encontra o potencial dos programas no futuro. Outros, em especial aqueles credenciados mais recentemente e que ainda dispõem de carga de orientação disponível, precisam evidenciar mais cuidado em suas seleções de ingresso, a fim de assegurar a qualidade dos pós-graduandos que admitem. Todos, sobretudo, devem, necessariamente, aprimorar o preenchimento do Coleta ano-base 2006, assim como proceder às revisões possíveis dos dados de 2004 e 2005, de modo a não comprometer sua avaliação respectiva em 2007.

Em particular, como provavelmente em todas as áreas acadêmicas no país, a Área da História atravessou, ao longo das três últimas décadas, um acelerado processo de profissionalização, que transformou professores voltados para a atividade na sala-de-aula em pesquisadores com carga docente. Tendendo a acompanhar o ritmo da disseminação dos programas de PG, isso permitiu uma ampliação dificilmente calculável da atividade de pesquisa histórica no país. Ao mesmo tempo, na medida em que pouco se modificou o modelo de universidade, disso também resultou um aumento considerável da carga de trabalho dos professores doutores, sobrepondo-se, à tradição de ministrar aulas, novas obrigações, como as de conduzir pesquisas e divulgá-las em publicações e congressos nacionais e internacionais; de orientar graduandos e pós-

graduandos; de buscar recursos juntos a agências de fomento como a CAPES, o CNPq e as FAPs; de realizar trabalhos técnicos; etc. Essa mudança traduziu-se, como não podia deixar de sê-lo, na preocupação com índices de produção cada vez mais elevados e, com muita frequência, em atividades individuais de pesquisa. Consideradas as teses e dissertações, assim como as publicações de docentes e discentes – os principais produtos da PG, a redução do tempo de titulação, sobretudo no mestrado; as elevadas taxas de titulação que muitos programas ostentam, mais equilibradas no doutorado do que no mestrado, como visto acima; e o próprio volume da produção bibliográfica bruta, são todos elementos que apontam nessa direção. Por outro lado, porém, a consolidação de uma área acadêmica, como está ocorrendo com a da História, também se faz acompanhar por uma exigência interna crescente, que tende a exprimir-se em termos de cobranças de qualidade e de um trabalho que, cada vez mais, integre equipes coletivas de pesquisadores. É desse segundo quadro que a Área da História se aproxima hoje no país, e é preciso preparar-se para ele.

RECOMENDAÇÕES AOS COORDENADORES DOS PROGRAMAS DA ÁREA

Examinar com cuidado os dados das duas planilhas que constam como Anexo I a este Documento; verificar a pertinência de suas informações; comunicar as discrepâncias observadas; e procurar situar o seu programa respectivo no conjunto da Área, identificando seus pontos fortes e fracos, para redirecionar objetivos e metas.

Analisar a planilha que consta como Anexo II, a fim de tomar conhecimento de uma das possíveis modalidades para a avaliação de certos aspectos quantitativos na trienal em 2007, mas sem esquecer que os dados e resultados nela apresentados, limitados aos dados brutos da produção bibliográfica, constituem apenas uma simulação inicial, sem valor normativo e claramente sujeitos a sérias distorções.

Aprimorar, de maneira absolutamente indispensável, por parte de todos os programas, o preenchimento do Coleta para a trienal, de acordo, em particular, com as observações acima, uma vez que será impossível para o Comitê retardar o seu trabalho durante a avaliação para conferir informações, resultando as deficiências dos dados em inevitável prejuízo do programa.

Procurar adiantar-se sempre ao CA, buscando, como está convencionado há vários anos na Área, valer-se das Informações Complementares do Coleta para proceder a uma análise global de seu programa, explicar suas peculiaridades e justificar as excepcionalidades que tiverem ocorrido, com o máximo de clareza, objetividade, concisão e sinceridade.

Utilizar igualmente as Informações Complementares para fornecer todos os dados que puderem ser significativos para a avaliação e que não puderem ser transmitidos através do aplicativo do Coleta – em especial, aqueles que o CA está solicitando, mais adiante, à CAPES para que sejam introduzidos em seu sistema, logo que possível.

Avaliar, com devido cuidado, o número de admissão de alunos novos a cada seleção, de modo a assegurar o ingresso de discentes com a formação adequada e em proporção com o potencial de ensino e orientação do corpo docente.

Por ocasião desta segunda avaliação continuada, o CA constatou a conveniência de que alguns programas fossem objeto de visitas, cujas datas serão definidas em breve. Os programas que serão objeto de visitas estão assinalados em suas respectivas fichas de avaliação e vão indicados adiante.

SUGESTÕES À CAPES

As páginas acima são a maior evidência da utilidade e praticidade das duas planilhas que o CA desenvolveu no último ano (Anexo I), viabilizando uma comparação sistemática, variável a variável, entre os diversos programas da Área. Constituiria uma contribuição inestimável da Agência caso fosse possível desenvolvê-las – ainda que de uma forma simplificada – através de seu Setor de Informática, não só para cada ano do triênio (com os dados relativos a 2004 e 2005 já corrigidos pelos programas), mas também para o conjunto dos três anos, de tal modo que estivessem disponíveis, com alguma antecedência, para a trienal. Dessa maneira, as informações ganhariam em confiabilidade, evitar-se-ia um enorme dispêndio de tempo por parte do CA e assegurar-se-ia uma avaliação bem mais eficaz.

A elaboração dessas duas planilhas revelaram igualmente uma série de dados de cuja indisponibilidade para exame e análise o CA se ressentiu nessa segunda avaliação continuada. Não mais será possível incluí-los no Coleta do atual triênio, nem, na maioria dos casos, desenvolver expedientes alternativos, mas ficam aqui como indicação para o próximo triênio. Para o atual, é de toda a conveniência que cada programa procure transmiti-los em suas Informações Complementares. Esses dados são os seguintes:

- Informações sobre a formação dos docentes de cada programa, indispensáveis para avaliar o seu grau de endogenia, ou não, algo que, provavelmente, como já foi aventado, a elaboração pela CAPES de uma planilha semelhante àquela presente nos APCN possa resolver;

- Informações sobre o tipo de participação em que estiveram envolvidos, em cada programa, os "outros participantes", fundamentais para examinar a composição das bancas e o tipo de articulação do programa a outros, em suas redondezas ou não;
- Informações sobre a seleção de ingresso para o programa, sobretudo a quantidade de vagas e o número e proveniência dos candidatos, de modo a ser possível calcular a relação candidato / vaga e mapear o poder de atração do programa, aspectos significativos para considerar a sua capacidade de nucleação e o grau de seleção adotado;
- Informações disponíveis sobre os egressos de cada programa, igualmente importantes para os aspectos indicados imediatamente acima;
- Informações que revelem com clareza a relação de determinada publicação com a tese ou dissertação que lhe deu origem, significativas para considerar a qualidade dos trabalhos finais;
- Informações sobre os processos de reciclagem do corpo docente de cada programa, como estágios pós-doutorais, sabáticos, missões de pesquisa, intercâmbios, etc.
- Informações sobre a presença e nível de bolsistas de produtividade do CNPq (ou equivalentes, como os Cientistas de Nosso Estado da FAPERJ) em cada programa;
- Informações sobre a presença e composição de projetos coletivos de pesquisa, assim como daqueles com financiamentos especiais, como os Projetos Temáticos da FAPESP e os PRONEX de algumas FAPs com o CNPq;
- Informações sobre o valor arrecadado aproximado e o número e tipo de bolsas obtidas por cada um dos projetos de pesquisa de cada programa;
- Informações precisas sobre o número de bolsas de IC, mestrado e doutorado, distribuídas por agências, de que dispõe cada programa;
- Informações numéricas precisas sobre a dimensão, além de outras características, do corpo discente de graduação sob a responsabilidade dos docentes de cada programa;

Além disso, mais duas sugestões. Primeiro, que seja possível, nos diversos itens da nova Ficha de Avaliação, atribuir o conceito "Não Aplicável" todas as vezes que as informações necessárias não estiverem disponíveis, em geral, por descuido do programa no preenchimento do Coleta. Segundo, que a Agência considere a possibilidade de desenvolver algum tipo de política com a finalidade de estimular a presença de professores visitantes nos programas, capazes de impulsionar uma determinada linha de investigação ou de divulgar uma temática inédita ou muito especializada.

PRÓXIMAS ETAPAS A CUMPRIR

Ainda em janeiro de 2007, o CA deverá definir as datas e as comissões para realizar visitas aos seguintes programas: UnB, USS, FUFPI e UEM.

Como a Avaliação trienal está prevista para ser feita, em conjunto por todas as áreas, no mês de agosto de 2007, o planejamento prévio pelo CA terá que realizar-se obrigatoriamente ao longo do primeiro semestre do ano vindouro. Desse planejamento,

deve constar: a revisão do Qualis-Periódicos; a definição e implementação do Qualis-Livros (aproveitando a experiência do CA anterior, as propostas surgidas na GA de Humanas, a contribuição enviada pelo Fórum de Coordenadores da Área e as discussões já realizadas no interior do atual CA); e o estabelecimento dos critérios quantitativos que irão orientar e, em alguns casos, definir a atribuição dos conceitos a diversos itens da nova Ficha de Avaliação. Para tanto, o CA pretende promover pelo menos uma reunião de todos os seus membros, ao longo de uma semana, inicialmente prevista para os dias 26 a 30 de março próximo; e, se possível, uma segunda reunião, talvez limitada a 3 dias, no mês de junho, ou então acoplada à reunião para a avaliação das novas propostas de cursos (APCNs), quando esta ocorrer. Na primeira, proceder-se-ia à revisão do Qualis-Periódicos e à definição do Qualis-Livros, afinar-se-iam os critérios quantitativos que duplas do CA estão encarregadas de propor e examinar-se-ia a metodologia desenvolvida pelo Prof. Ricardo Loureiro aplicada à Área. Na segunda, buscar-se-ia realizar uma simulação da avaliação para assegurar a pertinência e eficácia dos critérios escolhidos, assim como, provavelmente, a atualização, já de acordo com os novos critérios, do último Qualis-Periódicos, que a Agência somente poderá processar após o fechamento do Coleta ano-base 2006, em 31 de março.

Niterói, 28 de dezembro de 2006

Guilherme Pereira das Neves
Representante
Pelo Comitê de Avaliação da Área de História

ANEXO I

ANEXO II